



ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES, INSTITUÍDA NOS TERMOS DA LEI nº 12.527/2011 E DO DECRETO nº 7.724/2012.

ATA nº 027

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às 12 horas e 30 minutos, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, instituída nos termos do § 1º do art. 35 da Lei nº 12.527, de 2011 (LAI), e do Decreto nº. 7.724, de 2012, reuniu-se ordinariamente no Ministério da Defesa, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q - sala 808, 8º andar, Brasília - DF, com a presença do representante da Casa Civil da Presidência da República, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, que a presidiu; do representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Gen. Edson Leal Pujol; do representante do Ministério da Defesa, Ari Matos Cardoso; do representante do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira; do representante do Ministério das Relações Exteriores, João Pedro Corrêa Costa; da representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Barbuda Fernandes Chaves; do representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gleisson Cardoso Rubin; do representante da Controladoria-Geral da União, José Eduardo Romão; do representante da Advocacia-Geral da União, Fernando Luiz Albuquerque Faria; e assessores. Pauta da Reunião: (i) Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; (ii) Análise dos recursos recebidos pela Secretaria Executiva da Comissão; (iii) Análise de requerimento de prorrogação de prazo de sigilo de informação classificada no grau ultrassecreto; e, (iv) Outros assuntos. Iniciados os trabalhos, ocorreram as seguintes deliberações: (1) O senhor Francisco Eduardo de Holanda Bessa, agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, em seus termos, por todos os presentes. (2) Em seguida, foram analisados e decididos os seguintes recursos: NUP 23480.002661/2014-23, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0265/2014; NUP 00075.000940/2014-39, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0266/2014; NUP 16853.000836/2014-17, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0267/2014; NUP 60502.002541/2014-57, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0268/2014; NUP 90513.000133/2014-01, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0269/2014; NUP 00190.015163/2014-19, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0270/2014; NUP 00190.015139/2014-71, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0271/2014; NUP 00077.001040/2014-99, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0272/2014; NUP 00077.001041/2014-33, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0273/2014; e NUP 99902.001005/2014-67, a Comissão decidiu, por


unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0274/2014. (3) Na ordem, foi analisado o requerimento de prorrogação de prazos de documentos classificados, objeto do Aviso nº 11/G/DCA, de 25 de novembro de 2014, do Ministério das Relações Exteriores, tendo sido decidido 1. Prorrogação: CIDIC 09009.000561/2014-15.U.14.12/02/1990.12/02/2015.N e CIDIC 09009.000562/2014-51.U.14.20/02/1990.20/02/2015.N, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, prorrogar o prazo de restrição de acesso público por até 25 anos; 2. CIDIC 09009.000558/2014-93.U.14.11/01/1990.11/01/2015.N, a Comissão decidiu, por maioria dos presentes, prorrogar o prazo de restrição de acesso público por até 10 anos, tendo sido vencido o representante do MRE, que votou pela prorrogação do prazo de restrição por mais 25 anos; 3. CIDIC 09009.000559/2014-38.U.14.24/01/1990.24/01/2015.N e CIDIC 09009.000560/2014-62.U.14.31/01/1990.31/01/2015.N, a Comissão decidiu, por maioria dos presentes, não prorrogar o prazo de restrição de acesso determinando a desclassificação da informação tornando de acesso público, tendo sido vencido o representante do MRE, que votou pela prorrogação do prazo de restrição por mais 25 anos. (4) Outros assuntos: O Ministério da Defesa fez relato verbal sobre os dados estatísticos das informações classificadas e desclassificadas e enquadramento de TCI. O assunto do Ofício 24.626/2014/OGU/CGU-PR, de 15 de setembro de 2014, foi distribuído para a AGU para deliberação na reunião de janeiro de 2015. O representante da Casa Civil apresentou as seguintes propostas de enunciados de súmulas: Procedimento Específico; Inovação em fase recursal; Especificação em fase recursal; Extinção por classificação da informação; Procedimento para desclassificação; Inexistência de informação; e Conhecimento – Autoridade máxima; cuja admissibilidade foi acatada pela unanimidade dos presentes, tendo sido a CGU designada para fazer a relatoria das propostas, que deverão ser objeto de deliberação na próxima reunião. A Secretaria-Executiva, em cumprimento ao disposto no art. 5º, III, do Regimento Interno, deu ciência aos membros da Comissão do recebimento de 1377 (um mil, trezentos e setenta e sete) Termos de Classificação de Informações - TCI do Ministério da Defesa; 01 (um) TCI do Gabinete de Segurança Institucional; e 197 (cento e noventa e sete) TCI do Ministério das Relações Exteriores. A seguir, sem mais assuntos, a reunião foi encerrada.


Casa Civil da Presidência da República
Presidente


Ministério da Defesa

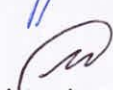
Ministério da Fazenda

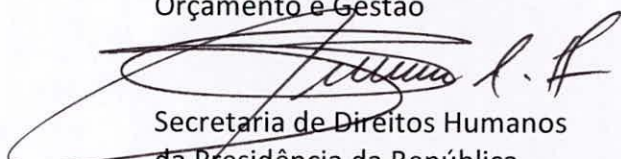

Ministério das Relações Exteriores


Controladoria-Geral da União


Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República


Ministério da Justiça


Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão


Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República


Advocacia-Geral da União